

Questão Discursiva 02679

No âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), foi determinada a busca e apreensão de documentos e de computadores nos escritórios das empresas do grupo investigado, tendo sido decretada, em decisão fundamentada, a indisponibilidade de bens e a quebra dos sigilos bancário e fiscal de um dos empresários envolvidos. Com base no fragmento acima, responda, justificadamente, aos itens a seguir.

A) A medida adotada pela CPI, em relação aos bens do empresário, é amparada pela ordem constitucional?

B) A CPI poderia determinar a quebra de sigilo narrada na questão, sem autorização judicial?

Resposta #006799

Por: carolina valianti 18 de Julho de 2021 às 10:58

A) Não, pois, apesar de a CPI possuir poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais, conforme previsto no art. 58, §3º, da CF, há certas medidas que estão sujeitas ao postulado da reserva de jurisdição, apenas podendo ser decretas pelo Poder Judiciário. É o caso da indisponibilidade de bens e da busca e apreensão de documentos e computadores nos escritórios da empresa, que são abrangidos pela inviolabilidade de domicílio prevista no art. 5º, inciso XI, da CF, apenas podendo haver busca e apreensão nestes locais mediante mandado judicial.

B) Sim, pois, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a CPI pode decretar quebra de sigilo bancário e fiscal, desde que mediante decisão fundamentada e motivada, sendo medida abrangida pelos poderes investigatórios conferidos pelo art. 58, §3º da CF à CPI.